

Renda Universitária ameaçado novamente

TCDF não aceitou minuta do edital feita pelo GDF

DF - Programa Social

MARIANA SANTOS

O programa Renda Universidade corre o risco de, pelo terceiro semestre seguido, não ser implantado pelo GDF. O Tribunal de Contas do DF não aceitou a minuta do edital do programa, entregue para avaliação pela Secretaria de Gestão Administrativa (SGA) em maio, e aguarda que o governo publique o documento final no Diário Oficial para ser aprovado. A apreciação do edital pelo TCDF era um dos pré-requisitos para revogar uma medida cautelar, expedida em abril, que suspendia o embargo ao Renda Universidade, determinado desde agosto do ano passado.

De acordo com a assessoria do tribunal, o projeto de edital não poderia ser analisado pois, nos termos do acordo firmado em maio, ficou estabe-

lecido que a SGA deveria entregar o edital. A assessoria explica que a análise posterior à publicação não implicaria, necessariamente, uma nova suspensão das bolsas e que é comum novos ajustes na fase final. Porém, de acordo com a secretária Cecília Landim, a minuta foi enviada porque o pedido do TCDF não ficou claro.

— Entendemos que eles queriam avaliar antes de publicar o edital — diz Landim, afirmando que sequer foi avisada pelo tribunal que o documento enviado não fora aceito. Só no mês passado a secretaria soube da minuta negada.

Na próxima semana, Landim quer conversar com uma conselheira responsável pela avaliação do programa para tentar agilizar o processo. Segundo ela, com tudo aprovado, é possível começar a rece-

ber as inscrições após três dias. Ela espera lançar o programa, pela terceira vez, até outubro.

O Renda Universidade prevê distribuir 2 mil bolsas para universitários com renda familiar até R\$ 2 mil. O GDF financiaria até 50% da mensalidade, no limite de R\$ 400. O investimento seria de R\$ 5,8 milhões. Suspensão há um ano por uma medida cautelar requerida pelo Ministério Público, a procuradora-geral Márcia Farias questionou à época: a ausência do programa no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano passado (regulamentado este ano) e o fato de a Constituição não priorizar o investimento em ensino superior. A SGA argumentou que a formação de crianças e adolescentes do DF já é assistida pelas secretarias de Educação e de Solidariedade.